



MEC - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CONSELHO DE ENSINO E PESQUISA

RESOLUÇÃO N.º 217/2011

EMENTA: Aprovação do Regimento Interno do Curso de Pós-Graduação, *Lato Sensu*, Especialização em Tecnologia Farmacêutica.

O CONSELHO DE ENSINO E PESQUISA da UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, no uso de suas atribuições e considerando o que consta do Processo n.º 23069.001465/11-50,

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Interno do **Curso de Pós-Graduação, *Lato Sensu*, Especialização em Tecnologia Farmacêutica**, do Departamento de Tecnologia Farmacêutica, ligado à Faculdade de Farmácia.

Art. 2º - O referido Regimento entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

* * * * *

Sala das Reuniões, 11 de maio de 2011

ACYR DE PAULA LOBO
Decano no Exercício da Presidência

De acordo.

ROBERTO DE SOUZA SALLES
Reitor

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA FARMACÊUTICA
REGIMENTO INTERNO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
TECNOLOGIA FARMACÊUTICA

CAPÍTULO I
Das Finalidades

Artigo 1º - O Curso de Pós-Graduação em Tecnologia Farmacêutica, nível de Especialização, da Universidade Federal Fluminense é de caráter interdisciplinar e tem por finalidade o acesso a um conjunto de atividades que articulem os conhecimentos técnicos e científicos na produção e controle de qualidade de insumos farmacêuticos e medicamentos, aprimorando os conhecimentos do farmacêutico para atuar no desenvolvimento de produtos e processos farmacêuticos bem como promovendo o intercâmbio de experiências e o pensamento crítico sobre os impactos das variáveis da tecnologia, processos e insumo.

Artigo 2º - O Curso a que se refere o artigo 1º é de Pós Graduação *Lato sensu* e confere o grau de Especialista na área de Tecnologia Farmacêutica.

CAPÍTULO II
Da Organização Acadêmico-administrativa

SEÇÃO I - Do Colegiado do Curso

Artigo 3º - O Curso terá um Colegiado, um Coordenador, um Subcoordenador e uma Secretaria Executiva.

Parágrafo único - O Colegiado do Curso será constituído:

- a) Por seu Coordenador;
- b) Por três representantes titulares do corpo docente e três suplentes, eleitos pelos pares;
- c) Por um representante do corpo discente, eleito pelos pares.

Artigo 4º - Cabe ao Colegiado do Curso:

- a) Aprovar o Regimento Interno e suas alterações;
- b) Aprovar o currículo do Curso e suas alterações;
- c) Aprovar a programação acadêmica;
- d) Aprovar proposta de convênios para serem apreciados nas instâncias devidas;
- e) Aprovar a proposta do Edital de Seleção dos Candidatos, elaborada pela Coordenação do Curso;

- f) Decidir sobre aproveitamento de estudos, observado o disposto no Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da UFF;
- g) Aprovar as indicações feitas pela Coordenação do Curso para composição das Comissões necessárias ao funcionamento do Curso, bem como os pareceres exarados por estas Comissões;
- h) Decidir sobre prorrogações de prazos de integralização do Curso;
- i) Homologar os pareceres das comissões examinadoras de seleção de candidatos;
- j) Julgar as decisões do Coordenador do Curso, em grau de recurso, a ser interposto no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da decisão ocorrida;
- k) Pronunciar-se sobre o número de orientandos vinculados a um único orientador, conforme o previsto no Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da UFF;
- l) Decidir sobre a criação de novas disciplinas com respectivos programas, ementas e carga horária;
- m) Homologar as designações de Professores Orientadores, de acordo com o previsto no Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da UFF. No Curso de Pós-Graduação em Tecnologia Farmacêutica poderão ser orientadores todos os membros do corpo docente do Curso, desde que pertencentes ao quadro permanente da UFF. Professores externos poderão desenvolver orientações, desde que em conjunto com um co-orientador do corpo docente do Curso e previamente autorizado pelo Colegiado do Curso;
- n) Deliberar sobre as demais questões previstas no Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da UFF, que por ventura não tiverem sido previstas neste regimento específico.
- o) Definir critérios e mecanismos para credenciamento, descredenciamento e recondenciamento dos professores que integrarão o corpo docente do curso.
- p) Aprovar o relatório anual de atividades do curso e o relatório acadêmico final de turma.
- q) Julgar casos omissos.

Artigo 5º - As reuniões ordinárias do Colegiado serão bimestrais.

Parágrafo único: As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo coordenador do Curso, ou mediante requerimento da maioria absoluta dos membros do Colegiado, sempre com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, para tratar de assunto específico.

Artigo 6º - As decisões ordinárias do Colegiado serão aprovadas por maioria simples, não tendo o Coordenador direito a voto, exceto em caso de empate.

SEÇÃO II - Da Coordenação do Curso

Artigo 7º - O Curso será administrado por uma Coordenação, instância executiva das decisões emanadas do seu Colegiado.

Artigo 8º - A Coordenação do Curso será exercida por um Coordenador e um Sub-coordenador, escolhidos dentre os membros do corpo docente do curso e pertencentes ao

quadro permanente desta Universidade. Ambos terão um mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução. Eles serão eleitos pelo colegiado do curso e nomeados pelo Reitor e subordinados ao Diretor da Faculdade de Farmácia.

Artigo 9º - Caberá ao Coordenador do Curso:

- a) Convocar e presidir as reuniões do Colegiado;
- b) Coordenar as atividades didáticas do Curso;
- c) Dirigir as atividades administrativas da Coordenação do Curso;
- d) Elaborar a programação do Curso, submetendo-a a apreciação do Colegiado;
- e) Propor planos de aplicação de recursos;
- f) Propor planos de trabalho, se for o caso, submetendo-os à apreciação do colegiado do curso e encaminhando-os para aprovação nas demais instâncias;
- g) Elaborar o edital de seleção com aprovação do colegiado e das demais instâncias, encaminhando-o à PROPPi, via Unidade;
- h) Delegar competência para a execução de tarefas específicas;
- k) Decidir *ad referendum* assuntos urgentes da competência do Colegiado.

Artigo 10 - O Subcoordenador substituirá o Coordenador nas suas faltas e impedimentos e o sucederá em caso de afastamento definitivo, se este ocorrer depois da metade do mandato.

Parágrafo 1º - Se o afastamento ou impedimento do Coordenador se der no decorrer da primeira metade de seu mandato, o Subcoordenador assumirá a Coordenação do Curso e terá o prazo de 60 (sessenta) dias para convocar o Colegiado para a eleição do novo Coordenador de Programa.

Parágrafo 2º - Nas faltas e impedimentos do Coordenador e do Subcoordenador, assumirá a Coordenação do Curso um representante escolhido entre o corpo docente no Colegiado.

Parágrafo 3º - Em caso de afastamento definitivo do Coordenador e do Subcoordenador, o representante escolhido, ao assumir a Coordenação do Curso, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para convocar o Colegiado para uma nova consulta eleitoral para indicação do Coordenador do Curso.

Parágrafo 4º - A não convocação de consulta nos prazos previstos nos parágrafos 1º e 3º acarretará a recomendação pela PROPPi da extinção do curso ao Conselho de Ensino e Pesquisa.

SEÇÃO III - Da Secretaria

Artigo 11 - A Coordenação terá uma Secretaria, a ela subordinada, órgão executivo dos serviços administrativos e técnicos.

CAPÍTULO III **Do Corpo Docente**

Artigo 12 - Os Professores do Curso deverão atender às exigências do Conselho Nacional de Educação bem como devem ser credenciados pela PROPPi, por indicação do Colegiado do Curso, utilizando os critérios estabelecidos por este Colegiado.

Artigo 13 - O Corpo Docente do Curso deverá ser constituído por professores especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissional, sendo que, no mínimo, 2/3 (dois terços) destes deverão apresentar titulação de Mestre ou de Doutor obtido em programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação.

Parágrafo 1º - O credenciamento de novos professores deverá ser aprovado pelo colegiado do curso e pelas outras instâncias deliberativas. O processo deverá conter:

I - *curriculum vitae* do professor;

II - cópia do documento que comprove a maior titulação;

III - atas de reunião do colegiado e demais instâncias deliberativas que aprovaram a sua indicação, onde conste(m) a(s) disciplina(s) para as quais foi indiciado;

IV - quadro demonstrativo da constituição do corpo docente, atendendo o Artigo 13 deste regimento.

Parágrafo 2º - O corpo docente deverá ser constituído por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de docentes pertencentes ao quadro desta Universidade.

CAPÍTULO IV **Do Regimento Escolar**

SEÇÃO I - Do Currículo

Artigo 14 - O currículo do Curso compõe-se de disciplinas obrigatórias das áreas Tecnologia Farmacêutica e Controle de Qualidade de medicamentos e insumos farmacêuticos, cuja discriminação dar-se-á no plano do Curso.

Artigo 15 - O Coordenador submeterá à PROPPi e ao Conselho de Ensino e Pesquisa o currículo e suas alterações propostos pelo Colegiado do Curso.

Artigo 16 - As disciplinas serão oferecidas conforme o plano do Curso, por ocasião da inscrição e deverão ser ministrados sob a forma de preleções, seminários, trabalhos em grupo, trabalhos práticos e outros procedimentos didáticos.

Artigo 17 - O Curso de Especialização terá a duração mínima de 02 (dois) semestres e máxima de 04 (quatro) semestres, incluindo a aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo Único: Em casos excepcionais o limite de 04 (quatro) semestres de duração poderá ser ultrapassado em 01 (um) semestre, mediante solicitação fundamentada do aluno, com ciência de seu orientador, ao Colegiado do Curso que decidirá sobre a prorrogação.

Artigo 18 - A integralização dos estudos, que dependerá da comprovação da frequência e do aproveitamento escolar, será expressa em carga horária.

Artigo 19 - A carga horária das disciplinas corresponde às atividades de aulas teóricas, de aulas práticas e de trabalhos supervisionados, de laboratório e de campo, devidamente registrados.

SEÇÃO II - Do Ingresso

Artigo 20 - O ingresso de alunos ocorrerá por meio de processo seletivo periódico, realizado dentro dos Calendários Escolar e de Atividades Administrativas e Acadêmicas, conforme edital publicado em Boletim de Serviço da UFF.

Artigo 21 - Em época estabelecida pelos Calendários Escolar e de Atividades Administrativas, o Coordenador encaminhará à PROPPi o Edital de Seleção dos Candidatos ao Curso, de acordo com o que estabelece o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da UFF.

Artigo 22 - Para ingressar no Curso de Especialização, o candidato deverá satisfazer as exigências discriminadas no Edital de Seleção dos candidatos ao Curso;

SEÇÃO III - Da Inscrição em Disciplinas

Artigo 23 - O aluno deverá requerer matrícula, inscrição por disciplinas e em outras atividades, de acordo com o Calendário Escolar, sob orientação do Coordenador do Curso.

SEÇÃO IV - Do Trancamento e Cancelamento

Artigo 24 - O aluno que não se inscrever em disciplinas e/ou atividades acadêmicas, dentro dos prazos determinados pelo Calendário Escolar, estará em Trancamento Automático naquele período.

Artigo 25 - O aluno poderá requerer ao Coordenador do Curso, dentro dos prazos determinados pelo Calendário Escolar, Trancamento de Matrícula.

Artigo 26 - O período máximo permitido para Trancamento Automático ou Solicitado é de 01 (um) ano.

Artigo 27 - O aluno terá sua matrícula cancelada:

- a) Quando esgotar o prazo máximo fixado para a integralização do Curso, conforme estabelecido no presente Regimento, somados a este o período de trancamento a que tem direito;
- b) Quando reprovado 02 (duas) vezes em disciplinas ou atividade acadêmica;
- c) Quando for reprovado em mais do que 50% do número total de disciplinas nos quais se inscreveu no período;
- d) Quando não proceder pela segunda vez, consecutiva ou não, à inscrição em disciplinas e/ou atividade acadêmica.

SEÇÃO V - Do Aproveitamento Escolar e de Estudos

Artigo 28 - Poderão ser aceitas transferências quando provenientes de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* credenciado, com nível de qualificação igual ou superior ao do presente Curso, desde que aprovadas pelo Colegiado do Curso.

Artigo 29 - Os critérios de aprovação do rendimento escolar serão traduzidos por frequência e atribuição de notas.

Parágrafo 1º - A frequência é obrigatória, sendo considerado reprovado o aluno que não obtiver frequência correspondente a, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina e/ou atividade acadêmica.

Parágrafo 2º - Os resultados das avaliações realizadas durante o Curso serão expressos por notas, que vão de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

Parágrafo 3º - Serão considerados aprovados os alunos que obtiverem nota igual ou superior a 6,0 (seis) por disciplina e/ou atividade acadêmica e 7,0 (sete) na média geral e ainda aprovação de seu trabalho final de curso;

Parágrafo 4º - Alunos que obtiverem nota entre 5,0 (cinco) e 5,9 (cinco vírgula nove) poderão conseguir aprovação no crédito da disciplina ou atividade acadêmica, por um critério suplementar de avaliação designado pelo professor responsável pela mesma, por uma única vez;

Parágrafo 5º - A expressão do resultado final da avaliação observará, obrigatoriamente, a indissociabilidade dos critérios estabelecidos nos parágrafos 1º e 3º deste Artigo.

Parágrafo 6º - Aos alunos que satisfizerem os critérios de aproveitamento escolar será fornecido Certificado de Conclusão do Curso.

Artigo 30 - O aluno deverá integralizar o currículo do Curso dentro do prazo estabelecido para a duração máxima do Curso, somados a este o período de trancamento ao qual tem direito.

Parágrafo Único - O não cumprimento do que determina este artigo implicará a sanção prevista na ao **Artigo 27** deste Regimento.

CAPÍTULO V **Da Concessão de Títulos**

SEÇÃO I Das Exigências

Artigo 31 - São exigências para a obtenção do título:

- a) Apresentação e aprovação do trabalho final, a saber, o Trabalho de Conclusão de Curso;
- b) Integralização curricular do Curso.

Parágrafo único: A integralização curricular sem apresentação do trabalho final não implicará em direito ao título de Especialista.

SEÇÃO II - Do Trabalho Final

Artigo 32 - Fica definido como Trabalho Final do Curso de Especialização a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso no qual o aluno demonstrará domínio do tema escolhido e capacidade de sistematização.

Artigo 33 - Para elaboração do Trabalho Final do Curso, o aluno solicitará, junto a Coordenação do Curso, a designação de Professor Orientador.

Parágrafo 1º - Poderá haver orientação de um aluno simultaneamente por um Professor Orientador, e um Coorientador, cujos nomes sejam homologados pelo Colegiado do Curso.

Parágrafo 2º - O aluno poderá solicitar ao Coordenador a mudança de Orientador, mediante requerimento fundamentado, cabendo a decisão final ao Colegiado do Curso.

Parágrafo 3º - O Professor Orientador poderá, em solicitação fundamentada ao Colegiado do Curso, interromper o trabalho de orientação.

Artigo 34 – O número de orientações de Trabalhos Finais que cada Professor poderá orientar simultaneamente deverá obedecer ao limite estabelecido no Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da UFF.

Artigo 35 - O afastamento do Orientador por um período superior a sessenta dias deverá ser comunicado, por escrito, à Coordenação do Curso, informando o nome de um Professor do Curso que tenha concordado em assumir a responsabilidade durante o afastamento.

Artigo 36 - O aluno do Curso de Especialização deverá submeter à apreciação de Banca Examinadora a Proposta de Trabalho Final que realizará.

Parágrafo 1º - A Proposta de Trabalho Final deverá ser apresentada no período estabelecido no Calendário Anual de Atividades do Curso.

Parágrafo 2º - A Banca Examinadora da Proposta de Trabalho Final será composta pelo Orientador e mais dois membros, com a titulação mínima de Mestre.

Parágrafo 3º - A Proposta de Trabalho Final deverá ser redigida em linguagem correta, de modo claro e objetivo, em nível compatível com a titulação a ser obtida ao final do Curso.

Parágrafo 4º - A Banca Examinadora emitirá parecer conclusivo quanto à aprovação ou não da Proposta de Trabalho Final, sendo considerado neste processo de avaliação o conhecimento geral do candidato sobre os fundamentos teóricos da Proposta.

Parágrafo 5º - Caso não seja aprovada a proposta de Trabalho apresentada, o aluno deverá fazer uma reapresentação, ou apresentar nova proposta, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data do julgamento.

Artigo 37 - O aluno deverá requerer ao Coordenador do Curso a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, anexando ao requerimento declaração do Professor Orientador de que o Trabalho está em condições de ser julgado, para pronunciamento do Colegiado do Curso.

Artigo 38 - Os Trabalhos Finais do Curso serão julgados por Banca Examinadora proposta pelo Orientador ao Colegiado do Curso.

Parágrafo 1º - A Banca Examinadora da Trabalho de Conclusão de Curso será composta pelo Orientador e mais dois membros, com a titulação mínima de Mestre.

Parágrafo 2º - O Orientador e o Coorientador não poderão participar simultaneamente da banca.

Parágrafo 3º - O Orientador do aluno fará parte, obrigatoriamente, desta Banca, cabendo-lhe a sua presidência. É facultado ao Orientador ceder sua posição e a presidência ao Coorientador.

Artigo 39 - A Banca Examinadora, por maioria dos seus membros e imediatamente após a defesa do Trabalho Final, decidirá através de parecer fundamentado, exarado na Ata da Sessão, pela aprovação ou não deste.

Parágrafo único - A Banca Examinadora poderá exigir modificações e estipular prazo para reapresentação do Trabalho Final, desde que dentro do prazo máximo a que tem direito o aluno para a conclusão do Curso, através de parecer conjunto, fundamentado e exarado na Ata da Sessão.

SEÇÃO III - Da Concessão de Grau

Artigo 40 - Após aprovação da redação final do Trabalho de Conclusão do Curso, o aluno deverá providenciar três cópias do trabalho, a saber: 01 (uma) para o Orientador, 01 (uma) para a Biblioteca, e 01 (uma) para o arquivo do Curso.

Artigo 41 - Cumpridas as formalidades necessárias à conclusão do curso, o aluno solicitará a expedição do seu certificado.

Parágrafo 1º - Cabe à Coordenação do Curso anexar histórico escolar, no qual deverá constar a nota do trabalho final.

Parágrafo 2º - A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, depois de verificar se foi cumprida a legislação vigente, encaminhará a solicitação à Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos para emissão e registro do certificado.

CAPÍTULO VI **Disposições Finais**

Artigo 42º - Os casos não contemplados por este regimento serão decididos pelo Colegiado do Curso.

Artigo 43º - Este Regimento entrará em vigor a partir de sua publicação.